

# IGUALDADE

## QUE FUTURO PARA A IGUALDADE?

### PENSAR A SOCIEDADE E O PÓS-PANDEMIA

RENATO MIGUEL DO CARMO, INÊS TAVARES e ANA FILIPA CÂNDIDO (Orgs.)

ANA CORDEIRO SANTOS

ANA RAQUEL MATIAS

ANA RITA MATIAS

ANDRÉ BARATA

ELSA PEGADO

JORGE CALEIRAS

JOSÉ MACHADO PAIS

JOSÉ SOEIRO

RUI PENA PIRES

SANDRA PALMA SALEIRO

VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

© Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (organizadores), 2022

Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (organizadores)

**Que Futuro para a Igualdade? Pensar a Sociedade e o Pós-pandemia**

Primeira edição: março de 2022

ISBN: 978-972-8048-72-3

DOI: 10.15847/CIESOD2020futuroigualdade

Capa: Ana Filipa Cândido

Edição gráfica de texto e composição: Inês Tavares

Revisão de texto: Inês Tavares, Ana Filipa Cândido e Renato Miguel do Carmo

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Observatório das Desigualdades

Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, Av. das Forças Armadas, 1649-026  
Lisboa

E-mail: [info@observatorio-das-desigualdades.com](mailto:info@observatorio-das-desigualdades.com)

Site: <http://observatorio-das-desigualdades.com>

Os textos publicados são da responsabilidade dos/as respetivos/as autores/as.

Cada texto foi escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico ou da antiga grafia, consoante  
decisão do/a autor(a).

Como citar: Carmo, Renato Miguel do; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (orgs.)  
(2022), *Que Futuro para a Igualdade? Pensar a Sociedade e o Pós-pandemia*, Lisboa,  
Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Consultar aqui: [https://  
www.observatorio-das-desigualdades.com/2022/02/22/que-futuro-para-a-  
igualdade/](https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2022/02/22/que-futuro-para-a-igualdade/)

# ÍNDICE

|  |     |
|--|-----|
| SEM POLÍTICAS DE IGUALDADE NÃO HÁ FUTURO<br>Renato Miguel do Carmo   | 1   |
| ENCRUZILHADAS DA CULTURA NUM MUNDO POR REINVENTAR<br>José Machado Pais   | 15  |
| PANDEMIA E DESIGUALDADES NO EMPREGO:<br>QUE POLÍTICAS PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL?<br>Jorge Caleiras  | 27  |
| A SAÚDE É UM DIREITO:<br>CONQUISTAS INACABADAS E DESAFIOS PARA O FUTURO<br>Elsa Pegado   | 43  |
| A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19:<br>ONDE FICA A DESIGUALDADE ENTRE O NOVO E O ANTIGO NORMAL?<br>Inês Tavares  | 59  |
| O REGIME DE CUIDADOS EM PORTUGAL:<br>DESIGUALDADES E DESAFIOS DEMOCRÁTICOS<br>José Soeiro  | 81  |
| UMA NOVA CRISE, DESIGUALDADES SÓCIO-HABITACIONAIS PERSISTENTES:<br>NOTAS SOCIOLÓGICAS EXPLORATÓRIAS SOBRE A PANDEMIA<br>DE COVID-19 E AS VIVÊNCIAS DA HABITAÇÃO NA CIDADE<br>DO PORTO<br>Virgílio Borges Pereira | 114 |

|  |     |
|--|-----|
| CUIDAR (D)O FUTURO:<br>GÉNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NO PÓS-PANDEMIA<br>Sandra Palma Saleiro    | 127 |
| MIGRAÇÕES, DESIGUALDADES E PANDEMIA<br>Ana Filipa Cândido e Rui Pena Pires                   | 141 |
| KRIOLU NA DIREITU DI LÍNGUA I DI SIDADANIA NA SAÚDE<br>Ana Raquel Matias                     | 158 |
| FINANCEIRIZAÇÃO E DESIGUALDADES, DUAS FACES<br>DE UMA MESMA REALIDADE<br>Ana Cordeiro Santos | 178 |
| DESIGUALDADES AMBIENTAIS EM CONTEXTO DE<br>ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS<br>Ana Rita Matias          | 192 |
| A ERA PÓS-HUMANA, O TRANS-HUMANO E A IGUALDADE<br>André Barata                               | 209 |

## CAPÍTULO 10

### KRIOLU NA DIREITU DI LÍNGUA I DI SIDANIA NA SAÚDE

Ana Raquel Matias

CIES-Iscte, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

#### *Intruduson<sup>1</sup>*

Este texto propõe uma reflexão sobre as hierarquias linguísticas existentes na sociedade portuguesa, discutindo a necessidade de criação de espaços e ferramentas que nos permitam pensar nas línguas socialmente marginalizadas presentes no território português. Pretende-se, deste modo, fornecer elementos que nos permitam desconstruir uma visão generalizada da sociedade portuguesa como monocultural e monolíngua, por contraste à sua efetiva realidade multicultural e multilíngua. Consequentemente, procurar-se-á abordar a diversidade linguística enquanto recurso fundamental no combate às desigualdades e ferramenta de inclusão, por contraste a abordagens que concebem essa diversidade enquanto um problema ou défice a colmatar. Propõe-se, deste modo, desnaturalizar a ideia de que existem categorias linguísticas objetivamente padronizadas e exclusivamente

---

<sup>1</sup> A escrita dos títulos das secções deste texto segue o alfabeto cabo-verdiano, conforme oficializado em Cabo Verde e com a revisão da linguista Ana Josefa Cardoso, exceto quando são citações. O presente texto irá variar entre o uso das categorias língua cabo-verdiana, crioulo ou crioulo cabo-verdiano, por terem usos indistintos no senso comum na sociedade portuguesa quando referentes à língua cabo-verdiana. No entanto, é importante sublinhar que por crioulo se incluem muitas outras línguas, como o guineense e outras, cuja base lexical não é o português, tendo presente que a descrição e identificação de línguas ditas crioulas inclui processos cujas fronteiras entre categorizações linguísticas e marginalização dos falantes tem sido alvo de estudo (ver, por exemplo, Degraff, 2005).

adequadas no exercício de cidadania, incluindo na comunicação e no acesso a políticas públicas.

A presente discussão centra-se no caso da língua cabo-verdiana, provavelmente a língua mais falada em Portugal a seguir ao português e à língua gestual portuguesa. Enquanto língua de origem africana e migrante, desde a sua génese que tem sido marcada por processos de minorização social e política, com impacto na vida dos seus falantes. Ainda hoje essa marginalização se reflecte na ausência desta língua em políticas públicas determinantes, nomeadamente na saúde, ao mesmo tempo que nas margens se tornou um elemento identitário distintivo no combate a essa mesma marginalização social e política. Neste sentido, este texto pretende lembrar especificamente que as desigualdades sociais no acesso à saúde são também desigualdades sociolinguísticas e étnico-raciais.

### *Saúdi na kriolu*

A comunicação de informação sobre saúde pública é fundamental na contenção de doenças contagiosas, e as línguas em que essa comunicação acontece constituem elementos cruciais na mediação do acesso à saúde para comunidades, sobretudo se socialmente desfavorecidas. Um plano de serviços linguísticos é por isso crucial na prevenção e no controlo de emergências públicas e a diferentes escalas (de cima para baixo e de baixo para cima), sendo que aqui as autoridades oficiais desempenham um papel-chave enquanto canais de inclusão ou exclusão no acesso à saúde (Ortega, 2020). Em Portugal, verifica-se que o recurso à língua cabo-verdiana nos serviços linguísticos em políticas de saúde pública é ainda escasso e casuístico, também porque é ainda limitada a importância que os agentes destas políticas públicas concedem à diversidade linguística no seu acesso e disseminação.

Relativamente a informações gerais no acesso à saúde do Serviço Nacional de Saúde, a página da Direção Geral de Saúde (DGS) disponibiliza informação em cinco línguas, sendo que nenhuma destas

é uma língua africana<sup>2</sup>. Já numa escala de maior proximidade com o público, têm-se observado práticas de uso do crioulo cabo-verdiano em cartazes informativos em alguns centros de saúde com uma presença significativa de população falante da língua. Seria aqui interessante analisar a diversidade destas práticas no que à prevenção da Covid-19 diz respeito, ou noutros aspectos do acesso à saúde, e perceber até que ponto são iniciativas casuísticas ou devidamente concertadas. Diferentemente, no decorrer do primeiro confinamento da pandemia da Covid-19 em 2020, a DGS lançou vídeos com recomendações de prevenção contra a Covid-19 em 11 línguas<sup>3</sup>, desta vez incluindo a língua gestual portuguesa<sup>4</sup> e o crioulo cabo-verdiano<sup>5</sup>. Importaria analisar também o impacto da disseminação destes vídeos junto das populações-alvo.

Por seu turno, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) disponibiliza, desde o início deste século, um Serviço de Tradução Telefónica (STT) em 69 idiomas, onde se incluem os crioulos de Cabo Verde e da Guiné Bissau<sup>6</sup>. Este é um plano de serviço linguístico que constitui, de facto, um serviço relevante, por colocar em conferência telefónica, e sem custos, técnicos/as de instituições prestadoras de serviços, tradutores/as e imigrantes, com óbvia aplicabilidade nos serviços de saúde pública. Mais uma vez, importaria analisar o uso deste serviço e o impacto que possa ter assumido na gestão da pandemia Covid-19, ou noutros aspectos do acesso à saúde. E especificamente face ao contexto pandémico da Covid-19, o ACM lançou no seu *site* uma página intitulada “COVID-19: Medidas,

---

<sup>2</sup> Consultar [aqui](#).

<sup>3</sup> Consultar [aqui](#) e [aqui](#).

<sup>4</sup> Consultar [aqui](#).

<sup>5</sup> Consultar [aqui](#).

<sup>6</sup> Consultar [aqui](#), que funciona através da [Linha de Apoio a Migrantes](#).

Orientações e Recomendações”<sup>7</sup>, onde disponibiliza: cartões informativos em 12 línguas sobre vacinação Covid-19, incluindo modalidade de casa aberta; três documentos em 10 línguas da Organização Internacional das Migrações (OIM) sobre Covid-19 para migrantes; um guia em 25 línguas sobre a Covid-19 da Associação dos Médicos do Mundo Portugal; e um folheto em mais de 30 idiomas da Organização Internacional das Migrações (OIM) sobre Covid-19. Nenhuma destas iniciativas incluiu a língua cabo-verdiana.

Num contexto menos oficial e territorialmente mais localizado, os Médicos Sem Fronteiras (MSF) realizaram, no primeiro semestre de 2021, um vídeo com vista à prevenção contra a Covid-19, intitulado “Nu ten ke previni (Temos de prevenir)”<sup>8</sup>. Este vídeo contou com a cooperação de associações locais e multiplicadores de saúde de comunidades de dois bairros da Área Metropolitana de Lisboa (AML, especificamente na Cova da Moura e na Alta de Lisboa). Trata-se de uma canção em língua portuguesa, que combina os crioulos cabo-verdiano e guineense com o canto cigano português, contando com artistas das comunidades. Esta iniciativa foi ainda complementada com a doação de kits de higiene, máscaras e materiais de prevenção e controlo do contágio, sendo que seria também interessante aferir o seu impacto junto das respectivas comunidades, e para lá destes dois territórios específicos.

Observam-se, de facto, limitações significativas no uso da língua cabo-verdiana na disponibilização e disseminação da informação oficial sobre saúde pública, salientando no entanto a necessidade de, por um lado, avaliar o impacto das medidas entretanto realizadas e aferir a sua concertação (nacional e local), e, por outro lado, reforçar uma maior horizontalidade das estratégias de gestão da diversidade linguística, incluindo as respetivas comunidades e outros parceiros que atuam

---

<sup>7</sup> Consultar na página do ACM [aqui](#) e [aqui](#); e nas páginas da OIM [aqui](#) e [aqui](#).

<sup>8</sup> Consultar a notícia [aqui](#). Consultar o vídeo [aqui](#).



quotidianamente no terreno, seja na escolha das medidas a implementar, seja no acesso à informação.

Mas em que medida se justifica o uso da língua cabo-verdiana nas medidas de prevenção à saúde? Uma primeira resposta reside na evidência de que a sua invisibilidade reproduz a marginalização de uma língua com presença histórica e demográfica relevante no território.

### *Kriolu na sociedade portuguesa*

“Houve sempre uma marginalização do crioulo mas hoje em dia toda a gente bebe da nossa cultura mas não há uma valorização real quer dos nossos quer de quem chega de fora.”<sup>9</sup>.

A língua cabo-verdiana, comumente conhecida como crioulo cabo-verdiano, é uma língua de base lexical portuguesa, cujas origens remontam ao século XV (Cardoso, 2018; Pereira, 2002), sendo provavelmente uma das línguas mais faladas em Portugal, a seguir ao português e à língua gestual portuguesa. Esta é uma língua atualmente partilhada por quem a fala como língua materna, assim como entre os seus descendentes e as comunidades onde vivem as populações falantes desta língua. Constitui-se como património imaterial de uma boa parte da população negra em Portugal, sendo inegável que a identidade social e cultural dos falantes de crioulo funda-se também no estatuto que esta língua dispõe em Portugal.

O modo como percebemos hoje o papel do cabo-verdiano na sociedade portuguesa implica lembrar os processos sociais, políticos e económicos implicados na gestão e formação do seu contacto com a língua portuguesa. Importa, por isso, recordar que na base do surgimento do crioulo cabo-verdiano encontramos economias escravagistas e coloniais, a partir da qual a língua cabo-verdiana foi sujeita a uma hipervisibilidade de estereótipos, promotora de hierarquias racistas entre línguas europeias (superiores) e não europeias

---

<sup>9</sup> Dino D’Santiago em entrevista por Karyna Gomes, Cidade, a Mensagem de Lisboa, 02 Dezembro de 2021.

(inferiores) (Rosa e Flores, 2017; Veronelli, 2015). Foi nestes contextos que a língua cabo-verdiana surgiu historicamente, categorizada primeiro como uma não-língua, e posteriormente como uma língua menor, incoerente, caracterizada por défice vocabular. Efetivamente, desde o século XVI, e até há pouco tempo, que as línguas crioulas de base lexical portuguesa de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe eram consideradas corrupções africanas da língua portuguesa, associadas a termos intencionalmente pejorativos como “língua de preto” ou “fala da Guiné” (Pereira, 2002: 250, citados em Matias e Pinto, 2020: 18)

A comunidade cabo-verdiana em Portugal, seja de nacionalidade estrangeira ou portuguesa, é uma das mais antigas de origem imigrante e com peso demográfico mais significativo no território português. E mesmo se é de reconhecimento geral hoje que esta é uma língua de pleno direito – sendo língua nacional em Cabo Verde (Cardoso, 2018) – no território português é ainda uma língua social e culturalmente minorizada, estigmatizada e marginalizada, coincidente com a segregação residencial e social em que ainda vivem muitos dos seus falantes. Impõe-se, por isso, aprofundar o nosso conhecimento sobre o papel que a língua desempenha hoje no racismo internalizado na sociedade portuguesa, procurando identificar os processos sociais e políticos através dos quais, apesar da sua longa e importante presença histórica e demográfica no território português, esta se mantém gerida como uma língua não-nacional, não-territorial, não-regional, não-nativa e não-europeia (Matias, 2017: 157). Falamos de uma argumentação que se tem defendido como demográfica, histórica e sociolinguística, mas que é sobretudo política.

É hoje evidente a invisibilidade desta língua nos espaços de maior formalidade e estatuto social elevado, resultando em factores contraproducentes no combate às desigualdades sociais e económicas, dadas as suas implicações concretas nas infraestruturas de literacia existentes e nos usos da língua, nos seus diferentes formatos, práticas e usos quotidianos – pouco se disseminam as publicações e edições em cabo-verdiano (literatura, gramáticas, dicionários), não existe oferta do

seu ensino nos sistemas de ensino oficiais, e raramente é usada nos meios de comunicação social ou na disseminação de informação cidadã a vários níveis das políticas públicas em Portugal (acesso ao trabalho, habitação, saúde e educação). Por contraste, em espaços menos formais esta língua tem ganho cada vez mais relevância, sobretudo em plataformas de movimentos e iniciativas cidadãs e atividades artísticas, como veremos mais adiante.

*“Kriolu pa mim é lingua mas ki ofisial, é um amor maternu ki jamas ta larga”<sup>10</sup>*

E que língua cabo-verdiana ou crioulo cabo-verdiano encontramos hoje no território português? Importa aqui lembrar que a apropriação de qualquer língua, seja esta minoritária ou não, não se manifesta da mesma forma para todos aqueles que se constituem como a sua comunidade linguística, sendo que essa diversidade aufere-lhe maior riqueza e importância na sociedade onde essa diversidade acontece.

A língua cabo-verdiana em Portugal tem-se, de facto, transformado com a socialização diferenciada de cada falante com esta língua. As variedades usadas pelos que nasceram e cresceram em Cabo Verde, onde é a língua materna e a mais falada pela população, traduz-se em usos e práticas necessariamente diferentes dos seus descendentes que cresceram em Portugal e numa imersão linguística na língua portuguesa mais significativa. A importância que a língua cabo-verdiana assume para cada uma das diferentes gerações é ainda reveladora das relações transnacionais que esta língua possibilita – desde a família no país de origem, em Portugal e na diáspora cabo-verdiana internacional. As experiências de socialização linguística de cada um em diferentes línguas (línguas maternas, línguas nacionais dos países de origem, línguas de escola/de bairro, línguas oficiais estrangeiras nos diferentes

---

<sup>10</sup> “Crioulo para mim é língua mais do que oficial, é um amor materno que nunca me larga” (Sol na Céu, por Karlon, 2018 [citação e tradução em Raposo, Varela, Simões e Campos, 2021: 281]).

movimentos migratórios da família) revelam uma diversidade de contextos territoriais e temporais, assim como etapas de vida e estratégias de mobilidade social e de cidadania – ou seja, revelam processos de vida a partir dos quais cada um vai construindo os seus repertórios linguísticos, transformando-os em recursos linguísticos com usos e importâncias diferenciadas.

As escolhas linguísticas nas famílias são por excelência indicadores de estratégias de mobilidade social, espelhando uma assimilação linguística geracionalmente diferenciada e mais comumente caracterizada pela valorização de competências multilingues que podem excluir a língua materna da geração mais velha se esta for social e culturalmente desvalorizada, como tem sido o caso da língua cabo-verdiana em Portugal. É importante aqui considerar o enquadramento sociopolítico em que estas escolhas se materializam (alguns exemplificados nas secções seguintes sobre o ensino, o jornalismo e o sector musical). Sublinha-se assim que as infraestruturas de literacia não estão disponíveis em línguas igualmente acessíveis para as diferentes gerações de uma mesma família; que os recursos linguísticos disponíveis podem assumir diferentes papéis enquanto factores de distinção social, dependendo dos contextos; e que cada indivíduo e geração assume diferentes graus de envolvimento nos conflitos linguísticos que emergem dos fenómenos migratórios.

A ausência da prática de uma norma oficial da língua cabo-verdiana em contextos formais (como o ensino) em Cabo Verde (Cardoso, 2018)<sup>11</sup>, parece aqui conceder uma certa liberdade aos seus falantes e aprendentes à escala global, demonstrando atitudes em relação à língua diferentes daquelas que dispõem com outras línguas oficializadas, como o português. Essas atitudes espelham-se na forma como sentem esta língua como sua – seja porque é a língua da família, ou um elemento distintivo de uma identidade herdada, ou a língua da comunidade onde se cresce, se vive ou se socializa. Escrever e falar em

---

<sup>11</sup> Mesmo tendo a língua o estatuto de língua nacional e não oficial, existem orientações oficiais do alfabeto cabo-verdiano em Cabo Verde para as normas de escrita.

crioulo cabo-verdiano torna-se uma forma de se expressar conforme as regras que se foi aprendendo e apreendendo em contextos e usos variados que excluem o ensino oficial de uma norma-padrão, antes fruto da socialização linguística de cada um nesta língua – sejam estes contextos familiares, entre pares, redes sociais, movimentos colectivos, espaços educativos ou, transpondo as normas de alfabetização em língua portuguesa, por vezes com influências de outras línguas africanas. Com a expansão e a democratização do espaço digital, torna-se ainda mais visível a variedade de práticas de escrita e de oralidade na língua cabo-verdiana. E, lembrando a importância desta língua nalguns territórios da AML, podemos ainda afirmar que o crioulo em Portugal está, de facto, “para além da comunidade cabo-verdiana, transformando-se na língua franca de muitos jovens da periferia de Lisboa” (Raposo, Varela, Simões e Campos, 2021: 274).

#### *Ensinu di kabuverdianu na skola purtugues*

Medir a presença da língua cabo-verdiana em Portugal é difícil, pela ausência de estatísticas nacionais relativas às línguas faladas pelos cidadãos residentes. No entanto, desde os anos 1980 que esta é a primeira língua não oficial mais falada, sobretudo na AML. Esta observação pode ser corroborada em estudos mais recentes realizados em escolas públicas portuguesa, que nos permitem aproximações à diversidade linguística aí existente, servindo como *proxys* ao seu impacto na sociedade portuguesa (DEB, 2003; Dionízio *et al.*, 2005; Mateus, Pereira e Fischer, 2008; DGIDC, 2009; Madeira *et al.*, 2014). Podemos daqui concluir que entre 50 a 80 línguas diferentes são faladas e usadas pelos alunos das escolas portuguesas em contexto familiar, frequentemente associadas ao uso do português, sendo que aquelas com mais presença são efectivamente os ditos crioulos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com destaque para a língua cabo-verdiana (ver discussão em Seabra *et al.*, 2018).

Paralelamente, observamos também que nos últimos 40 anos têm decorrido experiências piloto de educação bilingue/plurilingue em

português e cabo-verdiano, desde o jardim de infância ao 2.º ciclo<sup>12</sup>. Estas têm sido experiências concentradas em bairros da AML, caracterizados por uma elevada presença de população de origem africana, e sobretudo cabo-verdiana, mas também de segregação e estigmatização social. Apesar destas experiências se terem realizado em escolas públicas, ou em parcerias com escolas públicas, decorreram à margem do sistema educativo oficial. Isto porque se diferenciaram das constrições do ensino e das políticas linguísticas oficiais, onde a língua portuguesa é tida como “a única língua de integração e de escolarização, remetendo as restantes línguas ao silenciamento nas aulas, toleradas nos espaços privados/familiares/comunitários mas percecionadas como bloqueadoras da integração das comunidades.” (Matias e Martins 2019: 152). Assim, apenas *nas margens* a efetiva diversidade linguística da população escolar tem sido tomada como estratégia de promoção do sucesso e inclusão escolar junto de alunos potencialmente bi/plurilingues, visto que, além destas experiências piloto, a língua cabo-verdiana se mantém desvalorizada nos espaços de ensino formal em Portugal.

*“Jornalismo na kriolu ê um kumeço di narrativa ki ta ben kaba ku un monti di preconceito”<sup>13</sup>*

Um importante sector de disseminação de informação e inclusão cidadã são os meios de comunicação social. Desde 2001 que a European Association of Daily Newspapers in Minority and Regional Languages (MIDAS<sup>14</sup>) tem defendido que a existência de meios de comunicação social quotidianos em línguas minoritárias pode desempenhar um papel importante, através da promoção da sua

---

<sup>12</sup> Consultar discussão sobre estas experiências piloto em Matias e Martins (2019).

<sup>13</sup> Dino D’Santiago em entrevista por Karyna Gomes, Cidade, a Mensagem de Lisboa, 02 de Dezembro de 2021.

<sup>14</sup> Consultar [aqui](#).

linguagem escrita e oral, protegendo e promovendo comunidades cultural e socialmente minorizadas, ao mesmo tempo que permitem uma visibilidade construtiva e educativa junto da restante sociedade. Consideram, assim, que a sustentabilidade dos meios de comunicação social em línguas minoritárias constitui um dos elementos cruciais de um ambiente mediático livre e pluralista na União Europeia. Por isso, a MIDAS tem procurado apoiar os jornais existentes, promovendo o conhecimento sobre línguas minoritárias e regionais, contribuindo para a legislação europeia e nacional no apoio a meios de comunicação de populações minorizadas, dinamizando *lobbying* para apoio político e financeiro nestas matérias.

Em Portugal, o jornal digital a Mensagem de Lisboa<sup>15</sup> (criado em 2021) arrancou com um projeto em Dezembro de 2021, que beneficia do financiamento de um dos programas da MIDAS<sup>16</sup>, com foco no desenvolvimento profissional e na transição digital. A partir deste financiamento, este jornal digital publica agora reportagens, entrevistas e artigos em crioulo cabo-verdiano e guineense, sob a coordenação de Karyna Gomes e apadrinhamento de Dino D’Santiago (ambos do sector musical), e da plataforma Lisboa Crioula<sup>17</sup>. Com esta iniciativa, o jornal pretende dar destaque à disseminação dos crioulos enquanto línguas com relevância no tecido social em Portugal, a partir de produção jornalística que dá visibilidade à multiculturalidade da sociedade

---

<sup>15</sup> Consultar [aqui](#).

<sup>16</sup> Consultar [Programa europeu NewsSpectrum](#), organizado e gerido pelo International Press Institute (IPI) de Viena (Áustria), em colaboração com a European Association of Daily Newspapers in Minority and Regional Languages (MIDAS) e a European Roma Institute for Arts and Culture (ERIAC).

<sup>17</sup> E conforme se pode verificar no seu site, a plataforma [Lisboa Crioula](#) é um projeto cultural, criativo, transversal e participativo, que surge em 2021 para desenvolver diferentes iniciativas no espaço digital, onde a “Criolidade” é tida como uma identidade social e colectiva que, como na música de Dino D’Santiago (envolvido no projeto), resulta da sociedade onde vivemos, que reflete uma mistura onde todos somos crioulos, “fruto de uma aculturação, onde tradições, hábitos, projeções e conjunções caminham de mãos dadas”.

portuguesa. Até à data, as peças jornalísticas produzidas neste âmbito destacam a importância da disseminação desta língua como estratégia de combate ao preconceito em situações variadas.

### *Língua i múzika: instrumentu di sidadania*

Já no sector artístico, é prolífica a produção musical através do uso da língua cabo-verdiana em Portugal, podendo mesmo afirmar-se que é tão antigo o recurso à poesia em crioulo juntamente com o português, quanto a presença da população negra em Portugal. Particularmente as letras das músicas cantadas em crioulo em diferentes géneros musicais (morna, funaná, batuque e, mais recentemente, o rap e o hip-hop) são autênticos testemunhos da realidade destas populações e, especificamente, das suas lutas cidadãs. Tendo sido esta uma questão que mereceu recentemente destaque num jornal de distribuição nacional, aí se discute que a utilização do crioulo tem cada vez mais se constituído “instrumento de referência e até de contracultura”, abordando criticamente aspectos sociais e raciais “cada vez mais expressos no ritmo e na construção do crioulo” (Belanciano, 2021). Citando uma reflexão recente de Estevens (no prelo) a este mesmo propósito, “music in Creole, as a meeting medium of these dynamic relations, is a straightforward answer to stigmatization and discrimination, or a warning call to remind us that the same language was used by Cape-Verdeans in the past to give an account of colonial exploitation, slavery practices, and to symbolically confront the colonial regime.” (Estevens, no prelo: 16).

Sublinha ainda a autora que podemos observar que “there is a discourse of resistance that is carried out through music and in which the use of language is a distinctive element” (Estevens, no prelo: 19), registando-se uma produção musical que parte de uma língua socialmente desvalorizada para dar forma e visibilidade a um legado da história e da cultura portuguesa, cujo reconhecimento se concretiza nas margens da sociedade. Para lá de outros temas mais quotidianos, têm servido, por isso, enquanto espaço de discussão, reivindicação e



denúncia de identidades sociais, culturais, nacionais e políticas, refletindo tanto o presente como o passado da sociedade portuguesa e afirmando a sua africanidade.

E especificamente numa análise mais recente de Raposo, Varela, Simões e Campos (2021) sobre o *rap*<sup>18</sup> em Portugal desde os anos 1990, sublinha-se a relevância da produção musical na língua cabo-verdiana na construção do discurso anti-racista em Portugal, especificamente quando cantado por *rappers* negros e em cabo-verdiano – o denominado *rap* crioulo. E, apesar da evolução e diversidade do *rap* português, os autores destacam a produção focada nas expressões de descontentamento e resistência das populações racializadas, tornando o *rap* crioulo em Portugal um palco privilegiado de denúncia da exclusão social. Não será por isso de estranhar que, desde o seu início até aos dias de hoje, os autores destaquem as colaborações dos *rappers* com movimentos e colectivos anti-racistas e associações de bairro que surgiram desde então, procurando um lugar de fala nos *media* e na sociedade portuguesa. Como destaca o texto “o poder estético e político do rap crioulo transformou-o em uma das potentes linguagens de resistência da juventude negra em Portugal” (Raposo, Varela, Simões e Campos, 2021: 286), materializando-se, assim, no que denominam como “estética insurgente”, ou seja, práticas criativas de sujeitos racializados, com impacto na sua cidadania e afirmação na sociedade portuguesa.

Os mesmos autores observam ainda que, apesar da dinâmica produtiva do *rap* crioulo, esta produção musical tem sofrido alguma marginalização pelos canais de disseminação hegemónicos, questão corroborada recentemente no trabalho acima referido de Belanciano no jornal *Público*. Neste último, destaca-se a ambivalência na recepção da música cantada em crioulo, dada a dificuldade em passar na rádio pelo preconceito e marginalização com a produção cultural em crioulo, remetendo-a assim para uma significativa invisibilidade. Mas ambos os textos concordam que esta situação modificou-se drasticamente com a

---

<sup>18</sup> *rap* – acrónimo em inglês de *Rhyme And Poetry*.

crescente importância das redes sociais na produção e disseminação musicais, resultantes da democratização no acesso à *internet*, aos dispositivos digitais e estúdios caseiros, que “abriram novas oportunidades não apenas na produção musical e videográfica, mas essencialmente na sua difusão (...) redimensionando a importância do rap crioulo na cena artística portuguesa” (Raposo, Varela, Simões e Campos, 2021: 273, 283). Sublinham ainda que, “antes menosprezado pelas editoras, rádios e outros meios de comunicação hegemónicos, o rap crioulo atualmente é um dos estilos musicais mais dinâmicos da juventude portuguesa, mobilizando artistas e uma legião de fãs que se utilizam das novas tecnologias de produção e divulgação para se fazerem visíveis” (Raposo, Varela, Simões e Campos, 2021: 283).

*Pamodi ki língua kabuverdianu e inportanti pa spadja informason di cidadania?*

“Na televisão não tens espaço para te exprimir, não tinhas nenhum espaço (...) o rap informava o *people* no bairro, educava o *people*. (...) A maioria dos rappers cabo-verdianos de Portugal mantém aquela mensagem social, de conscientização. Então, quando isto ainda vem em crioulo é quase um grito de guerra, um grito de liberdade!”<sup>19</sup>.

Desde o início do presente século que se observa uma contínua dinamização de movimentos e plataformas, que mobilizam cada vez mais o espaço digital para a disseminação das suas atividades, focados no reconhecimento da importância da população negra em Portugal. Defende-se a valorização do seu património material e imaterial, em contraciclo com uma hipervisibilidade de estereótipos existente nos discursos dominantes. No contexto da pandemia e do último ano de 2021, observa-se o reforço destas dinâmicas a partir do uso crescente

---

<sup>19</sup> Chullage em “Nu bai. O Rap Negro em Lisboa” (2007), citado em Raposo, Varela, Simões e Campos (2021: 275).

de plataformas digitais<sup>20</sup>. Sendo esta uma evidência no sector artístico, e mais recente e timidamente nos *media* digitais, mereceria também lugar noutros sectores da comunicação social e de políticas públicas, onde a ausência de línguas de origem crioula é evidente ou casuística.

Entender os processos que motivam o uso da língua cabo-verdiana, ou dos diferentes crioulos, nestes movimentos e projetos, implica ter presente que na base de uma sociedade multilingue reside uma relação histórica estruturante entre noções de diversidade linguística, de raça e de racismo de populações socialmente racializadas (Flores e Rosa, 2015 e Crenshaw, 1989, citados por Ortega, 2020). Especificamente, o reconhecimento da língua cabo-verdiana como língua nacional minoritária em Portugal está longe de se constituir uma realidade, facto infelizmente comum no espaço da União Europeia, no que se refere a línguas resultantes de relações históricas entre a Europa e os territórios não europeus anteriormente colonizados.

Segundo a MIDAS, mais de 50 milhões de pessoas na UE falam uma língua que não é a língua oficial do seu país<sup>21</sup> e, por isso, esta associação internacional apoia especificamente a liberdade de imprensa em diferentes línguas, com o intuito de ajudar as “minorias a encontrar uma forma pacífica de fazer ouvir a sua voz”<sup>22</sup>. Justificam, assim, as suas acções específicas nesta matéria, por considerarem que os Estados nacionais não têm cumprido estes desígnios, violando assim os direitos das populações minorizadas. Entre estas línguas ditas minoritárias encontramos as línguas “indígenas ou regionais”, as “não

---

<sup>20</sup> Destacam-se, neste âmbito, e entre outras iniciativas importantes de 2021, a Plataforma Lisboa Crioula (hiperligação já referida acima), a União Negra das Artes (UNA) e o projeto de notícias em crioulo do jornal digital A Mensagem de Lisboa (hiperligação já referida acima).

<sup>21</sup> “Over 50 million people in the European Union speak a language other than the official language of their country.”, aqui (tradução da autora).

<sup>22</sup> “Minorities must find a peaceful way to get their voice heard.”, aqui (tradução da autora).

territoriais” ou ainda línguas “de origem imigrante”<sup>23</sup>. Especificamente a língua cabo-verdiana faz parte das categorias de línguas ditas imigrantes – independentemente do seu papel histórico na sociedade portuguesa ultrapassar os fenómenos migratórios contemporâneos – categorização que explica também as políticas linguísticas existentes e ausentes nesta língua.

Todos os processos descritos anteriormente (na saúde, na escola, nos *media*, na música) refletem conflitos entre diferentes memórias histórico-sociais, a partir dos quais importa identificar os processos que levam a mudanças de estatuto de línguas tidas como imigrantes em línguas nacionais; a importância estrutural das comunidades/dos bairros e dos bi/plurilinguismos emergentes, no desenvolvimento de competências individuais e de cidadania; o grau de envolvimento de cada indivíduo nos conflitos linguísticos que emergem dos fenómenos migratórios, sejam estes mais ou menos recentes.

Efetivamente, reconhecer o papel central da língua cabo-verdiana, enquanto um recurso relevante e mediador de políticas públicas e, especificamente, de políticas públicas na saúde, de forma concertada e não casuística, implica primeiramente reconhecer o papel desta língua na sociedade portuguesa. Paralelamente, é igualmente emergente a necessidade de disseminar informação cidadã nesta língua, seja nas artes e nos *media*, como nos serviços de informação médica ou outros serviços públicos, sempre em colaboração com as suas diferentes comunidades linguísticas. Tais estratégias permitem não apenas que a informação cidadã e de saúde seja efectivamente acessível a todos os seus falantes, como permitem uma maior aproximação dos cidadãos a sectores das políticas públicas determinantes para o seu exercício de cidadania, nomeadamente na saúde, ao mesmo tempo que reproduziriam uma visibilidade mais construtiva a toda a sociedade sobre este património imaterial da sociedade portuguesa. Constituir-se-ia, por isso, uma importante prática de reconhecimento e inclusão

---

<sup>23</sup> Ver proposta de classificação em Broeder e Extra (1999: 109), discutida em Matias (2017: 153).

simbólicas que urge concretizar. Aqui, as artes poderão, de facto, ser parceiras fundamentais na transmissão de informação cidadã sobre saúde pública, como o têm sido já noutros planos do exercício de cidadania, sobretudo em territórios onde as políticas públicas têm estado mais ausentes.

### *Hiperligações*

[Alto Comissariado para as Migrações \(ACM\), COVID-19: Medidas, Orientações e Recomendações, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Alto Comissariado para as Migrações \(ACM\), Linha de Apoio a Migrantes, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Alto Comissariado para as Migrações \(ACM\), Serviço de Tradução Telefónica \(STT\), consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Direção Geral da Saúde \(DGS\), Recomendações DGS em Crioulo Cabo-verdiano, de 20 de Abril de 2020, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Direção Geral da Saúde \(DGS\), Vídeo "Medidas de prevenção – Língua Gestual COVID 19/DGS/INEM", de 06 de Abril de 2020, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Direção Geral da Saúde \(DGS\), Documentos com Recomendações da DGS \(em 11 línguas\), de 22 de Abril de 2020, consultados a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Direção Geral da Saúde \(DGS\), Vídeos com Recomendações da DGS \(em várias línguas\), de 22 de Abril de 2020, consultados a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Direção Geral da Saúde \(DGS\), Serviço Nacional de Saúde – Informação em outras línguas, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[European Association of Daily Newspapers in Minority and Regional Languages \(MIDAS\), consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Jornal digital a Mensagem de Lisboa, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Médicos Sem Fronteiras \(MSF\), Nu ten ke previni | Projeto MSF Círculos de Diálogo e Partilha sobre a COVID-19, de 22 de Julho de 2021, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

[Plataforma Lisboa Criola, consultado a 29 de Dezembro de 2021.](#)

Programa Europeu NewsSpectrum, consultado a 29 de Dezembro de 2021.

### *Referências bibliográficas*

AAVV, "PANDEMIA – Covid-19: Crioulo e canto cigano em música para vencer vírus que afastou os abraços", Ípsilon – Jornal Público, Lusa, de 31 de Julho de 2021, consultado a 29 de Dezembro de 2021.

Belanciano, Vítor (2021), "A afirmação do crioulo em Portugal", Ípsilon - Jornal Público, Lusa, de 26 de Novembro de 2021, consultado a 29 de Dezembro de 2021.

Broeder, Peter; e Guus Extra (1999), Language, Ethnicity and Education: Case Studies on Immigrant Minority Groups and Immigrant Minority Languages, Clevelond Multilingual Matters.

Cardoso, Ana Josefa (2018), "A situação linguística de Cabo Verde: em português e na kabuverdianu", em Paulo Feytor Pinto e Sílvia Melo-Pfeifer (orgs.), Políticas Linguísticas em Português, Lisboa, Lidel, pp. 126–47.

DEB/ME [Departamento de Educação Básica/Ministério da Educação] (2003), Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua Não Materna, Lisboa.

Degraff, Michel (2005), "Linguists' most dangerous myth: the fallacy of creole exceptionalism", Language in Society, 34, pp. 533–591.

DGIDC/ME [Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular] (2009), Relatório de Português Língua Não Materna (PLNM) 2006/07 e 2007/08, Lisboa.

Dionizio, Sandra (coord.); Catarina Pereira; e Marisol Almeida (2005), PLNM: Análise do Inquérito no Âmbito do Conhecimento da Situação Escolar dos Alunos cuja Língua Materna Não É o Português, Lisboa, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e DGIDC.

Estevens, Ana (no prelo) "The uses and resistances of Cape Verdean Creole in the migratory context of the postcolonial city" em Elsa Peralta e Nuno Domingos (orgs.), Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Popular Culture and Citizenship, Bloomsbury Academic.

Gomes, Karyna (2021) "Entrevista a Dino D'Santiago – jornalismo na kriolu é um kumeço di narrativa ki ta ben kaba ku un monti di preconceito", Cidade – Jornal Digital a Mensagem de Lisboa, de 02 de dezembro de 2021.

- Madeira, Ana (coord.) (2014), Avaliação de Impacto e Medidas Prospectivas para a Oferta do Português Língua Não Materna (PLNM) no Sistema Educativo Português, FCSH/Universidade Nova de Lisboa, DGE.
- Mateus, Maria Helena; Dulce Pereira; e Glória Fischer (2008), Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, ILTEC/FCG.
- Matias, Ana Raquel (2017), “O lugar das línguas imigrantes não-europeias na sociologia das migrações internacionais”, em Beatriz Padilla, Joana Azevedo e Thais França (orgs.), Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 151-172.
- Matias, Ana Raquel; e Pedro Martins (2019), “Pode a educação plurilingue constituir-se como educação anti-racista?”, em Cristina Roldão (org.), Educação (Anti)racista: Que Políticas, Práticas e Perspectivas?, MEDI@ÇÕES, V.7 n.2, pp. 151-166.
- Matias, Ana Raquel; e Paulo Feytor Pinto (2020), “Pretuguês/pretuuguês: breves notas sobre o papel do racismo na construção histórica de um não-lugar de falar”, Caderno MICAR Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista, Porto, SOS Racismo, pp.13-20.
- Ortega, Lourdes (2020), “How is COVID-19 affecting second language acquisition?”, em The 2020 Einar Haugen Lecture, Center for Multilingualism, Society Across Lifespan, aula apresentada na University of Oslo, a 23 de Setembro de 2020.
- Pereira, Dulce (2002), “A linguagem dos escravos negros em Portugal: entre a realidade e a ficção”, Atas do Colóquio Escravatura e Transformações Culturais, Lisboa, Vulgata, pp. 247–268.
- Raposo, Otávio; Pedro Varela; José Alberto Simões; e Ricardo Campos (2021), “Nos e fidju la di gueto, nos e fidju di imigranti, fidju di Kabu Verdi: estética, antirracismo e engajamentos no rap crioulo em Portugal”, Sociedade e Estado, 36 (1), pp. 269-291.
- Rosa, Jonathan; e Nelson Flores (2017), “Unsettling race and language: toward a raciolinguistic perspective”, Language in Society, 46, pp. 621–647.
- Seabra, Teresa; Sandra Mateus; Ana Raquel Matias; e Cristina Roldão (2018), “Imigração e escolaridade: trajetos e condições de integração”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Susana Cruz Martins, Joana Azevedo e António Firmino da Costa (orgs.), Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa, Editora Mundos Sociais, Lisboa, pp. 301-314.

Veronelli, Gabriela (2015), "The coloniality of language: race, expressivity, power and the darker side of modernity", Wagadu, 13, pp. 108–134.